



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- **Mandato 2017-2021** -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA DEZOITO DE JUNHO DE 2020**-----

----- **ACTA NÚMERO DEZOITO** -----

---Aos dezoito dias do mês de junho de 2020, pelas vinte horas, reuniram por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio, Primeira Secretária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- I - Período de Antes da Ordem do Dia
- II - Período de Intervenção de Público
- III - Período da Ordem do Dia

1. **Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (novembro-dezembro 2019, janeiro-fevereiro 2020) (deliberação n.º 1636/2020 da Junta de Freguesia);**
2. **Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais (deliberação n.º 1635/2020 da Junta de Freguesia);**
3. **Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas (deliberação n.º 1634/2020 da Junta de Freguesia):**
  - . **Relatório de atividades;**
  - . **Relatório de gestão;**
  - . **Conta de gerência.**
4. **Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2020 e submissão à Assembleia de Freguesia (deliberação n.º 1637/2020 da Junta de Freguesia);**
5. **Isenção/suspensão do pagamento de todas as taxas previstas no Regulamento de Taxas da Freguesia de Marvila durante o ano de 2020, e sua ulterior ratificação pela Assembleia de Freguesia; medida adotada com carácter excepcional, na vertente de apoio à economia e comércio de Marvila, em virtude da pandemia COVID-19 (deliberação n.º 1578/2020 da Junta de Freguesia);**
6. **Doação de produtos de higiene infantil (deliberação n.º 1586/2020 da Junta de Freguesia);**
7. **Doação de dez mil máscaras cirúrgicas (deliberação n.º 1614/2020 da Junta de Freguesia);**
8. **Doação de lote de quatro mil e quinhentas (4.500) máscaras cirúrgicas à Freguesia por parte do Sr. Dick Bachu, da sociedade INTERPLAY – IMPORTADORA DE BRINQUEDOS, LDA (proposta n.º 1643/2020 da freguesia de Marvila).**
9. **Autorização de celebração dos seguintes protocolos de colaboração e de cooperação, e de alteração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo:**
  - a. **Protocolo de colaboração a celebrar com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ORGANISMOS DE DEFICIENTES (deliberação n.º 1515/2020 da Junta de Freguesia);**



- b. **Protocolo de colaboração com a ASSOCIAÇÃO MERIDIONAL DE CULTURA – TEATRO MERIDIONAL (deliberação n.º 1556/2020 da Junta de Freguesia);**
- c. **Proposta e minuta de adenda ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre a JFM e a ASSOCIAÇÃO CLUBE FERROVIÁRIO DE PORTUGAL (alteração da comparticipação financeira) (deliberação n.º 1633/2020 da Junta de Freguesia).**

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** –Manuel de Jesus Saraiva, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Rogério Borge Pereira Mota. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO POPULAR (CDS-PP)** – Pedro Pinto Monteiro. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves. -----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, os seguintes eleitos:

---**Luísa Maria Cabral Costa Gomes (PS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Sónia Sofia Gonçalves Régio**. -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Miguel Duarte Sousa Almeida**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Hermínia Morais Ventura Cintra, Maria Cristina Rodrigues Abreu, João Carlos Lourenço dos Santos e José António Amaral da Silva**. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dar a palavra à Sr.ª Primeira Secretária, **Sr.ª D. Diana Prudêncio** para informar o plenário dos pedidos de substituição solicitadas à mesa. O **Sr. Presidente da Assembleia** informou ainda que, foi acordado na conferência de líderes que as votações seriam feitas por bancada, salientando a praticidade desta situação, uma vez ser mais simples a votação realizada deste modo. Salvaguardou, no entanto, que, se algum membro da assembleia não estiver de acordo com o voto da sua bancada, o poderá fazer de forma singular. Passou de seguida à aprovação da **ata nº17**, previamente distribuída aos eleitos. -----

---Passada a votação, **foi a ata nº 17 da Assembleia de Freguesia de 17 de fevereiro de 2020 aprovada por unanimidade**. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou de seguida aberto, nos termos regimentais, o período antes da ordem do dia (PAOD). -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que deram entrada dois votos apresentados, um voto de louvor, subscrito por todas as forças representadas na Assembleia de Freguesia, um voto de agradecimento, também subscrito por todas as forças políticas representadas na



Assembleia de Freguesia, duas moções , apresentadas pela bancada do PCP, uma sobre as medidas de apoio às empresas e outra sobre o Museu do Operário e ainda uma recomendação subscrita pelo PSD, pelo PS e pelo PMMI, cujos documentos são transcritos abaixo:-----

-----**VOTO Nº 1**-----

**«VOTO DE LOUVOR AOS TRABALHADORES DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA**

Nos momentos exigentes pelos quais passámos e ainda passamos, foram os trabalhadores que mantiveram os serviços a funcionar e que garantiram os direitos da população a serviços públicos de qualidade. São eles, homens e mulheres, que devem ser reconhecidos e, acima de tudo, valorizados não apenas em palavras, mas em decisões e ações concretas.

Foram os trabalhadores de diversas áreas, das operacionais às administrativas, que garantiram, desde o início da pandemia, que a população não deixasse de ter acesso a importantes serviços públicos.

**Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila reunida ordinariamente no dia 18 de junho de 2020, delibera louvar os trabalhadores da Junta de Freguesia de Marvila que, diariamente, com o seu trabalho e dedicação, contribuem para que a nossa Freguesia continue a preservar as condições de manutenção da vida coletiva tal como todos a conhecemos e que, no atual momento, se revestem de uma importância ainda maior.**

Marvila, 18 de junho de 2020

Pelos eleitos,

António Augusto Pereira (PCP)

Manuel de Jesus Saraiva (PS)

Luís André Fernandes Castro (PSD)

Maria Isabel >Pinto Ventura (BE)

Pedro Pinto Monteiro (CDS-PP)

António Manuel Alves (PMMI)» -----

-----**VOTO Nº 2**-----

**«AGRADECIMENTO**

A primavera de 2020 fez-se anunciar de maneira muito drástica, não apenas neste cantinho ocidental da Europa, mas por todo o mundo. Palavras até então adormecidas, porque pouco utilizadas, como pandemia e confinamento, passam a fazer parte do vocabulário corrente. Confrontados com uma nova realidade, não prevista, mudam-se radicalmente os hábitos de grande maioria dos cidadãos. O estado de emergência e, posteriormente, o estado de calamidade impuseram normas de comportamento que, genericamente, foram bem aceites e podem ter atenuado o número de perdas humanas.

Durante este confinamento não nos faltaram água, gás, eletricidade, internet, televisão, rádio, recolha do lixo e limpeza das ruas, bens alimentares e de uso corrente, medicamentos, transportes públicos de passageiros e de mercadorias, etc. Também não nos faltou a esperança de que o Serviço Nacional de Saúde teria condições de responder às novas exigências e que o Estado de direito continuaria a funcionar. A resposta à crise foi, genericamente, positiva, envolvendo as entidades oficiais e a chamada sociedade civil, que devem continuar empenhadas, porque a pandemia persiste.



A comunicação tende a criar heróis e vilões, muitas das vezes nas mesmas personagens. Não queremos partilhar dessa facilidade, mas entendemos ser nossa obrigação o **reconhecimento** a todos aqueles que foram capazes de vencer o medo e continuaram o seu trabalho em benefício da sociedade, permitindo-nos alguma normalidade neste tempo anómalo. Assim, para além desse reconhecimento,

A Assembleia de Freguesia de Marvila, na sua reunião ordinária de 18 de junho de 2020, **decide agradecer a todos os heróis anónimos, centenas de milhar de homens e mulheres, que permitiram responder às necessidades básicas de uma comunidade.**

1. Solicita também à Junta de Freguesia de Marvila que divulgue este documento de reconhecimento e agradecimento, de modo a que a nossa comunidade possa tomar conhecimento deste sentimento comum de todos os eleitos da Freguesia.

Marvila, 18 de junho de 2020

Pelos eleitos,

António Augusto Pereira (PCP)

Manuel de Jesus Saraiva (PS)

Luís André Fernandes Castro (PSD)

Maria Isabel >Pinto Ventura (BE)

Pedro Pinto Monteiro (CDS-PP)

António Manuel Alves (PMMI)» -----

-----**MOÇÃO Nº 1**-----

**«MUSEU DO OPERÁRIO E DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL**

Considerando que:

- Lisboa foi ao longo da sua história uma cidade de trabalhadores e de trabalho e que essa realidade ainda tem marcas em todo o seu território, com destaque para a concentração de grandes indústrias ao longo da zona ribeirinha, a par de uma malha de pequenas indústrias e oficinas que se estendia a toda a área do concelho.
- Considerando que em 1890, Lisboa tinha mais de 15000 operários que se distribuíam por 259 fábricas sendo os têxteis e o tabaco as áreas que apresentavam um maior número de trabalhadores.
- Considerando que Lisboa constituía o porto de chegada de diversos operários fabris, oriundos de todas as regiões do país.
- Considerando que as fábricas e oficinas existentes eram de diversos sectores e concentravam-se em locais distintos na cidade: as de pequena dimensão em toda a Baixa Pombalina, as de vestuário e calçado concentravam-se na Rua do Ouro e o Rossio acolhia fábricas de papel, luvas e cestaria. No Bairro Alto imperava a casa das tipografias e litografias; o Martim Moniz concentrava as padarias e as fábricas de móveis. E as grandes fábricas localizavam-se em Alcântara na zona Ocidental, em Xabregas e Poço do bispo na zona Oriental e no Campo Grande.
- Considerando a importância das marcas do passado operário e industrial na cidade de Lisboa que contribuíram para a criação dos Itinerários de Lisboa, designadamente o “De Xabregas ao Beato” e o do “Poço do Bispo e Marvila Antiga”.



- Considerando que nestes percursos, promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa, são recordados as marcas do passado operário, fábricas e vilas operárias e os vestígios da cidade industrial.
- Considerando que a configuração da cidade, a sua relação com o estuário do Tejo - o maior porto natural do mundo - e a proximidade do oceano levaram a que a malha industrial não incidisse apenas na cintura periférica, mas invadissem o centro da cidade e as suas zonas históricas. Considerando que a economia produtiva da cidade era formada pelas indústrias típicas e por diversos ramos industriais.
- Considerando que o operariado habitava e marcava a cidade com a sua cultura, o que era visível na existência das vilas operárias, das pequenas fábricas e oficinas, das coletividades que encontramos em praticamente todos os bairros, a par dos grandes aglomerados de população operária, nos quais se salientam os bairros de Alcântara, Xabregas/Beato e Marvila. Considerando que são exemplos dessa cidade, as últimas décadas em acelerado processo de desindustrialização, de terciarização, em mutação demográfica, com a expulsão da cidade das classes trabalhadoras e dos mais humildes para a periferia.
- Considerando que o processo de desindustrialização e de despovoamento da cidade, causou mudanças na vida, na identidade e na cultura de Lisboa e que essa perda não deve ser aceite como irreversível, porque Lisboa deve voltar a ter indústria, um porto digno desse nome, e deve voltar a ser, também, uma cidade de trabalhadores e operários, ainda que dos novos tempos.
- Considerando que é importante que se proceda à investigação, à conservação e à divulgação da memória do trabalho industrial, dos seus trabalhadores e da sua cultura, na cidade de Lisboa e que por isso, devemos recordar e homenagear aqueles que contribuíram também para a história da cidade;
- Considerando que a proposta para a criação do Museu do Operário, apresentada pelo Partido Comunista Português na Câmara Municipal de Lisboa, uma vez aprovada determinará a constituição de uma equipa de projeto, composta por personalidades e representantes de organizações relevantes e de reconhecido mérito, para além do município, especialistas em museologia, dirigentes de organizações representativas dos trabalhadores, e investigadores da História do Movimento Operário.
- Considerando ainda; que o património cultural não é um conceito fechado e estático, pois visa conservar a memória viva, das tradições e dos conhecimentos e da identidade dos povos e das suas tradições.
- Considerando que ter memória é respeitar e estudar a História e cuidar do legado que recebemos e não deixar ao abandono as tradições que devem ser estudadas, investigadas, protegidas e conservadas.
- Considerando que não existe nenhum Museu do Operário na cidade de Lisboa e que deve constituir uma necessidade de cidadania colmatar esta lacuna na política cultural da cidade.
- Considerando que Marvila, freguesia de génese operária não pode ficar alheada de uma tomada de posição neste processo.

**Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida em sessão ordinária dia 18 de junho de 2020 delibere.**



1. Apoiar a proposta dos Vereadores do PCP na CML, para a criação do Museu do Operário e da Atividade Industrial e que em colaboração com outras entidades, promova a investigação, o levantamento, a recolha, a conservação e a apresentação de espólio, testemunhos e estudos relevantes sobre os operários e a atividade industrial, em Marvila e na Cidade de Lisboa.
2. Apoiar a criação de um grupo de trabalho de projeto do Museu que deverá integrar personalidades e representantes de organizações relevantes e de reconhecido mérito, para além do município, das freguesias e especialistas em museologia, dirigentes de organizações dos trabalhadores e de coletividades operárias, investigadores da História do Movimento Operário, da cultura e da cidade de Lisboa, entre outros. Este grupo de trabalho deverá acompanhar a instalação do Museu até à sua abertura e durante o primeiro ano de vigência.
3. Apoiar a proposta para que a gestão deste Museu fique a cargo do Município, através do pelouro da Cultura em articulação com os serviços municipais, universidades, freguesias e outros parceiros que se considerem relevantes;
4. Apoiar a proposta para que Câmara Municipal de Lisboa garanta os meios financeiros, logísticos e os recursos humanos necessários à criação e funcionamento deste Museu.

Lisboa, 18 de junho de 2020

Os eleitos do PCP na Freguesia de Marvila» -----

-----**MOÇÃO Nº 2**-----

**«Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas**

A situação de pandemia que o País enfrenta obrigou a responder, em primeiro plano, ao grave problema de saúde pública. Contudo, outros problemas se colocam como a degradação da situação económica e social, designadamente a que respeita às micro, pequenas e médias empresas (MPME) que constituem 99 % do tecido empresarial português.

Também em Lisboa as PME's formam a base empresarial mais relevante da vida e da dinâmica da freguesia e com uma expressão determinante em múltiplos sectores de atividade desde a restauração ao alojamento, à construção civil e limpeza, do pequeno comércio à reparação automóvel, dos cabeleireiros e barbeiros aos ginásios, dos táxis à prestação de serviços contabilísticos, entre outras.

Desde a emergência de saúde pública à escala internacional que se traduziu, designadamente, na classificação do COVID 19 como uma pandemia, foi estabelecido pelo governo um alargado conjunto de medidas de contenção que conduziram à suspensão da atividade por parte de muitas micro, pequenas e médias empresas, o que por sua vez se traduziu na quebra abrupta de entrada de receitas mantendo estas empresas, no entanto, as suas obrigações fiscais e outras.

As medidas adotadas pelo Governo têm sido limitadas e insuficientes para os problemas com que estas empresas se defrontam e, em fase de confinamento progressivo, é expectável esses problemas se acentuem e prolonguem com resultados que poderão ser brutais no domínio do desemprego, da destruição de capacidade



produtiva. Esta evolução negativa desta economia urbana terá também um impacto direto significativo na sustentabilidade e nas dinâmicas das comunidades locais e na manutenção dos níveis de vida social e económica da freguesia.

É, pois, necessário que se ativem medidas urgentes de resposta às atuais necessidades das micro, pequenas e médias empresas, medidas simultaneamente robustas, amplas e específicas e que considerem as particulares características deste tecido empresarial do ponto de vista social, económico e organizacional.

Assim, os eleitos do PCP propõem que a **Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida a 18 de junho de 2020**, decida recomendar ao Governo que se adotem medidas no sentido de:

1. levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso a apoios e a equiparação dos seus sócios-gerentes ao regime dos trabalhadores independentes;
2. atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81;
3. suspender o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta;
4. concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com 2 anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada;
5. redução do preço da eletricidade e dos combustíveis;
6. apoio ao arrendamento não habitacional, refletindo na renda paga pelo MPME a quebra de atividade que foi verificada;
7. criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso a medidas de apoio.

Lisboa, 15 de junho de 2020

Os eleitos do PCP na Freguesia de Marvila» -----

-----**Recomendação Nº 1**-----

**«PROPOSTA PARA TRANSMISSÃO ONLINE DAS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA**

«Considerando que:

Os custos dos equipamentos para a transmissão online de uma Assembleia de Freguesia são, atualmente, relativamente reduzidos e são também simples de operar;

A Junta de Freguesia de Marvila deve ter por preocupação tornar acessível a informação aos seus fregueses;

O vasto território da Freguesia não permite uma fácil deslocação de todos aos locais onde se realizam as Assembleias de Freguesia;

A hora em que, por regra, são realizadas as Assembleias de Freguesia, coincide com o horário de jantar e de descanso da generalidade dos fregueses;

A situação excecional que vivemos aconselha a que sejam reduzidas aos mínimos necessários as deslocações de todos os fregueses, particularmente daqueles mais vulneráveis.

**Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia de Marvila na sua reunião ordinária de 18 de junho de 2020 propõe ao Executivo que aceite esta sua proposta e possa desenvolver as ações necessárias para que, de ora em diante, as Assembleias de**



## **Freguesia sejam transmitidas nas plataformas de comunicação digital da Junta de Freguesia de Marvila.**

Lisboa, 18 de junho de 2020

Pelos eleitos,

Luís Castro (PSD)

Manuel Saraiva (PS)

António Alves (PMMI)» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, abrindo o debate, deu a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, começou por apresentar o **Voto de Louvor aos Trabalhadores da Junta de Freguesia de Marvila**, dizendo que a sua bancada apresentou o voto de louvor aos trabalhadores da Junta de Freguesia, que teve a anuência dos restantes partidos que a subscreveram posteriormente. Disse considerar ser uma posição que a Assembleia de Freguesia toma com a maior justiça já que é aos trabalhadores que a população de Marvila deve o não ter sido mais afetada pela pandemia, uma vez que foi o esforço dos trabalhadores que permitiu que nada lhes faltasse, que os serviços que necessitaram fossem prestados, que os apoios indispensáveis que precisavam lhes fossem prestados, sendo então nesse sentido que a sua bancada propõe o presente voto de louvor a todos os trabalhadores da autarquia com o mais profundo agradecimento. Fez um resumo da leitura do voto de louvor, uma vez que o mesmo foi entregue a todos os membros da assembleia. De seguida, fez a apresentação das moções apresentadas pela sua bancada, e falando da moção relativa ao apoio necessário às micro, pequenas e médias empresas, disse que considera ser um apoio necessário com a crise instalada pela pandemia COVID-19, que estão preocupadas com as consequências que já se fazem sentir e com as que também aí virão no pós pandemia. Salientou ainda que esta situação levou a que milhares de empresas e de empresários individuais ficassem com as suas receitas praticamente reduzidas a zero ou substancialmente reduzidas e que necessitam do apoio no momento presente e não para daqui a um ano ou dois, frisando que é no momento presente que os nossos governantes, quer municipais, quer nacionais, compreendam a importância e a necessidade de apoiar estas empresas para que consigam subsistir a este grande drama que a todos afeta. Mais uma vez fez um resumo da parte resolutiva da presente moção. Apresentou de seguida a segunda moção apresentada pela sua bancada, relativa ao Museu do Operário e da Atividade Industrial, escusou-se de ler a referida moção, fazendo também apenas um resumo da leitura da mesma. Considerou que esta é uma proposta justa, de homenagem aos trabalhadores e construtores da cidade de Lisboa e, em especial, da zona da freguesia de Marvila, historicamente uma freguesia industrial, de génese operária e de grandes trabalhadores. Fez também um resumo da presente moção enumerando os seus considerandos e parte resolutiva elaboradas no documento apresentado. Disse ainda que, em relação apresentada pela bancada do PSD á assembleia, disse que a sua bancada não se oporá a que as assembleias de freguesia sejam transmitidas mas que espera que a presente assembleia seja a última realizada por videoconferência e que as seguintes assembleia possam ser presenciais pois as assembleias de freguesia são órgãos deliberativos onde deva ser possível trocar opiniões de forma presencial e não cada um na sua casa.-----

---De seguida, a **Sr.ª Segunda Secretária, Sr.ª D. Anaísa João**, passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse ter três questões a levantar. Uma,





referente à educação, onde leu a intervenção que de seguida entregou à mesa e que aqui se transcreve: -----

---«No centro de um sistema educativo deve situar-se o ser humano a educar, num horizonte de plenitude e de igualdade de direitos e oportunidades.

A tarefa educativa consiste, na verdade, na capacidade de identificar e de acompanhar esta presente inquietação, mantendo vivo o amor pelo saber, despertando o coração e pondo em marcha a sua razão e a sua liberdade, tal liberdade construída pela autonomia do indivíduo. O ano letivo de 2020/2021, vai ser diferente. A utilização das tecnologias digitais vai ser uma realidade.

Todos sabemos que vai ser exigido a todos os encarregados de educação um esforço, financeiro, acrescido e que, por razões várias, muitos deles não estarão em condições de satisfazer essa exigência para os seus educandos. Muitas famílias não têm computadores disponíveis para os seus filhos e, tendo em conta os tempos que estamos e vamos viver, nem capacidade financeira para satisfazer esta necessidade.

Compete aos executores políticos garantir essa plenitude de direitos e oportunidades. O início do ano letivo está já aí.

O direito ao acesso à educação é um direito inalienável e constitucional.

É uma responsabilidade de todos e não devemos descurar esta realidade.

Assim,

1. Com alguma urgência, apelo ao executivo que coloque em marcha um levantamento

de necessidades das famílias Marvilenses, que têm educandos na comunidade escolar, no sentido de lhes proporcionar as condições para que essa igualdade de direitos e oportunidades seja uma realidade e não fiquem defraudadas as expectativas das crianças e dos pais.

2. Preparar o Orçamento da Junta de forma a poder dar resposta às necessidades que forem pertinentes.

Lisboa, Marvila, 18-06-2020

António Manuel Alves

PMMI» -----

---Disse ainda que, analisando o relatório de atividades, verificou que houve uma mudança relativamente à função de Tesoureiro no Executivo o que o leva a pensar que deverá ter havido um motivo para haver esta mudança a poucos meses do final do ano. Questionou se essa mudança não deveria ter sido comunicada à Assembleia de freguesia. Informou ainda ter uma carta dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia que está alinhada com a Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo que, a seu ver, houve uma mudança relativamente à orientação do OPM e OPJ, muito mais direcionado para o apoio social, o que não está plasmado no Regulamento do Orçamento Participativo de Marvila. Colocou então a questão se o Executivo tem essa legitimidade de desvirtuar o texto aprovado em Assembleia de Freguesia e publicado em Diário da República. Frisou se tem o Executivo legitimidade de alterar unilateralmente um instrumento onde se defende a democracia participativa dos cidadãos e se não seria aconselhável o Executivo apresentar uma alteração à Assembleia de Freguesia, e para vigorar só em 2020 e sua consequente publicação. -----

---A Sr.<sup>a</sup> **Segunda Secretária** passou a palavra à Sr.<sup>a</sup> **D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



---«Boa Tarde,

As desigualdades sociais fazem com que não enfrentemos a pandemia de forma igual. Há fome e pobreza estruturais aqui em Marvila e agravaram-se com o despedimento de precários e trabalhadores informais, como por exemplo as empregadas domésticas pois há muitas em Marvila, com redução dos salários devido ao *Layoff* e com os despedimentos. A situação vai agravar-se até ao final do ano. Nesta situação, parece fundamental que os apoios sociais agregados ao nível da alimentação e do fundo de emergência social se prorroguem no tempo enquanto forem necessários. Ao nível da alimentação, é de salientar o trabalho das associações, de instituições e da Câmara e Junta. As atuações da Câmara nesta área foram promovidas pelo vereador do Bloco de Esquerda, Manuel Grilo, e pela sua equipa através da distribuição em Lisboa, incluindo Marvila, de centenas de refeições preparadas na escola básica dos Lóios. É de louvar também quem lá fez as refeições que foram trabalhadoras. Era necessário que a Junta indicasse a quem distribuir as refeições, antes de terem direito teria de ser indicado pela Junta. Também a Escola Secundária D. Dinis forneceu refeições, mas foi só aos alunos e aos funcionários. Foram distribuídos cabazes e medicamentos aos moradores necessitados, mas, mais uma vez, quais os critérios utilizados e quem ficou de fora?

Nem todos os moradores tiveram acesso a esses apoios sendo a causa o excesso de burocracia e o desconhecimento da freguesia a limitarem o acesso. É preciso estender estes apoios a todos os que deles necessitam diminuindo a burocracia e a falta de resposta. Por outro lado, há que eliminar a diferenciação entre os bairros nesse apoio, diferenciação que não é de agora e que tem sido denunciada pelo Bloco de Esquerda. Não se limita às Amendoeiras, ao Condado, às Salgadas nem aos Alfinetes. Também em relação à habitação não estamos todos em pé de igualdade. Em Marvila a situação de degradação das habitações e a falta de divisões suficientes para que não haja amontoamento de moradores não prefiguram nada de bom para a resistência ao Covid-19. Como é possível que o abandono dos bairros sociais de Marvila tenha sido constante depois da sua construção e agora mesmo sejam feitas apenas umas obracinhas quando eram precisas obras a sério, apesar da Vereadora da Habitação Paula Marques afirmar o contrário em cada sessão descentralizada. As condições de vida, condições de higiene, de privacidade e salubridade têm consequências na propagação do Covid-19 e de qualquer doença, aliás. Por outro lado, em Lisboa, há pessoas sem abrigo que, apesar do trabalho realizado pelo Vereador Manuel Grilo de encontrar meios para alojá-los durante a crise, trata-se de alojamento provisório e ainda faltam habitações para essas pessoas. Ainda só estão a conseguir emprego e habitação cerca de 150 pessoas. O objetivo é alojar 380 até final do ano. Não se pode alterar a vida desses cidadãos e permitir-lhes participar na comunidade e na atividade social sem resolver essas condições prévias, casa e emprego. E os sem abrigo aumentaram com a pandemia. A crise da habitação em Lisboa é uma realidade a alterar, os despejos estão suspensos, mas continuam a existir até recorrendo a seguranças privados, como aconteceu em Arroios à Associação Seara. Não se compreende que continuem a existir habitações devolutas em Marvila e tanta falta de habitação. Também não se compreende a ausência de construção de mais habitação social, pondo fim ao ciclo das ocupações e despejos. Em Portugal, a percentagem da habitação pública no parque habitacional é de 2% enquanto no Reino Unido é de 18% e na França 17%. A diferença é abissal. Dada a grande crise de habitação que se poderá agravar com a pandemia, é necessário construir mais habitação social, arrendar a



devoluta, reabilitar a existente a bem de todos nós, pois se as doenças se propagarem todos vamos sofrer.»-----

---A **Sr.ª Segunda Secretária** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, saudando o plenário, disse que a sua intervenção se focará nos documentos apresentados informando que a sua bancada apresentou uma proposta no sentido de que as próximas assembleias de freguesia possam ser transmitidas online, mesmo quando realizadas presencialmente. Informou ainda que a sua bancada subscreve o voto de louvor da bancada do PCP relativamente aos funcionários da Junta de Freguesia que durante esta época de pandemia estiveram na linha de combate. Relativamente à proposta referente às medidas de apoio às PME's disse compreender as mesmas, mas, relativamente à freguesia e à própria Junta, tem as suas ações um pouco limitadas, mas concorda com a proposta em questão. Relativamente à proposta apresentada pelo PCP sobre o Museu Operário, embora concorde com a mesma coloca algumas limitações no sentido de questionar se será o local mais indicado para a sua implementação, uma vez haver já uma proposta apresentada na CML. Relativamente ao Agradecimento relativamente ao esforço realizado nestes últimos meses de combate a esta pandemia e que foi subscrito por todas as bancadas frisou o seu apoio à mesma. -----

---A **Sr.ª Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, cumprimentando os presentes reforçou a sua concordância nos dois primeiros votos apresentados, de louvor e de agradecimento, aos funcionários nesta época de pandemia de Covid-19 e que foram subscritos por todas as bancadas com assento na Assembleia, frisando que esse trabalho realizado permitiu que a freguesia tivesse alguma normalidade no tempo presente tão difícil. Estendeu estes votos não só aos funcionários da Junta, mas a todas as pessoas que asseguraram durante este tempo os serviços essenciais à comunidade de Marvila. Relativamente às outras moções apresentadas pela bancada do PCP, referindo-se aos apoios para as PME's, disse concordar com a substância da moção mas considera que estes tempos conturbados exigem um esforço suplementar do Estado concluindo que não se pode exigir mais ao Estado do que o que já está a dar e tem capacidade para dar, informando que, neste contexto a sua bancada se irá abster. Relativamente ao Museu Operário, concorda, mas considera que existem outras preocupações não sendo o tempo mais oportuno para se dar início ao trabalho de uma construção desta envergadura e neste momento considera não ser oportuno votar favoravelmente o documento em questão. -----

---A **Sr.ª Segunda Secretária** passou de seguida a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse querer subscrever aquilo que o Sr. António Pereira desejou e que de facto seja a última reunião que se faça nestas condições frisando que encontrarem-se é sempre uma coisa importante até porque existem objetivos comuns que se tem que partilhar e não esta impessoalidade neste tipo de discussão. Evidenciou algo que disse considerar extremamente positiva: a capacidade que têm seis forças políticas de ideologias, práticas e comportamentos diferentes de apresentares três moções e de as subscreverem inteiramente dizendo que, relativamente às moções duas delas se complementam com uma visão abrangente sobre esta pandemia que é global e que mereceu uma resposta global, outra tem uma visão mais objetiva em termos do que é a nossa realidade sobre os funcionários da Junta de freguesia que continuam disponíveis que continuam a realizar os serviços necessários à comunidade. Relativamente à proposta do PSD, subscrita por todas as forças políticas, disse ser importante melhorar a comunicação com os fregueses de



Marvila e que as Assembleias de Freguesia possam chegar ao maior número de pessoas e que possam ser transmitidas pelos meios disponíveis que a Junta tem e sobre os quais terá a promessa e que será executada pela Junta de Freguesia. Disse ainda querer pôr à consideração do plenário o seguinte: pertencendo à Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo onde todas as bancadas têm uma participação na mesma tendo sido preparado um relatório como é função de uma comissão. Disse que gostaria de ter entregue esse relatório na presente reunião mas considerou que seria um relatório muito mais interessante se nele estivessem plasmadas as assinaturas de todos os membros da Comissão e considerando que no dia 24 do presente mês será levada a cabo uma visita ao pavilhão dos Lóios para verificação das condições existentes para uma Assembleia presencial, informando que, até lá se afinará o resultado final do referido relatório e o mesmo será assinado por todos sendo então apresentado na reunião de 30 de junho pedindo para que na presente reunião todos pudessem limitar as suas intervenções não incluindo o Orçamento Participativo para que este possa ser discutido de uma forma mais objetiva. Relativamente aos outros dois documentos apresentados pela bancada do PCP, informando que, relativamente ao museu Operário, foi apresentada na CML em 2019 uma proposta do PCP que iria ser discutida na presente data e que foi adiada pela Câmara e, nesse sentido, propôs ao Sr. António Pereira de pudesse retirar a proposta apresentada e que a possa voltar a apresentar logo que o assunto tenha outro seguimento na CML, uma vez que, a seu ver ao adiar a discussão sobre o assunto, a CML querará acrescentar algo ao mesmo ou já teria descartado a proposta apresentada pela bancada do PCP. Afirmou que, na sua opinião, será desagradável rejeitar uma proposta destas e, mais tarde, tem a convicção que, a sua bancada e as outras também ficarão do lado do PCP até porque a realização desse projeto será de certeza uma mais valia para a freguesia de Marvila que tem uma história e tradição operária. Relativamente ao documento que refere o apoio às PMEs, disse que, neste momento, este é um assunto específico da Assembleia da República e, embora entenda a boa vontade do PCP, parecem desajustadas em relação ao que é a nossa realidade e na sua opinião ela não ajudaria numa discussão mais abrangente e no sítio certo que é a Assembleia da República e que, assim sendo, a intenção de voto da sua bancada será votar contra. Relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura, disse que não se pode sistematicamente ter uma visão maniqueísta da política onde uns são os bons e os outros são os maus, a CML é muito boa no que o Vereador Manuel Grilo faz e muito má no que a Vereadora Paula Marques faz. Um é o herói, outra a vilã. Informou que, relativamente à habitação municipal, existem alguns projetos em curso, uns por responsabilidade do Governo, outros por responsabilidade da CML, com uma nova visão acerca da habitação municipal não indo vender mais edificado tendo comprado uma série de prédios que está a tentar adaptar e tem a preocupação de fazer uma oferta muito superior ao que realmente ela tem. Lembrou ainda que a população de Lisboa não é tão grande assim e mais de 70000 habitantes vivem em casas municipais e que também considera que devemos ter confiança nos projetos em curso e confiar naqueles que têm a boa vontade de resolver estes problemas. Disse ainda que se deve ter cuidado quando se fala daquilo que é o território de Marvila, salientando que a freguesia é constituída por 10 bairros não tendo propriamente uma centralidade mas, quando se fala de um bairro ou se comparam bairros, corre-se vários riscos de usar uma linguagem que, a nível político pode ser muito bem aproveitada pela extrema direita. Salientou ainda que não se deve colocar bairros uns contra os outros e sim partir da perspetiva de que a freguesia tem determinado tipo de especificidade e, do ponto



de vista político se deve responder a essa especificidade. Disse também que, tendo já visto algumas situações onde é dito que existe esquecimentos relativamente ao bairro do Condado, salientou que basta mensurar os apoios atribuídos às instituições e outros dados para entender que isso não é a realidade e, se não bastasse, até a Assembleia de Freguesia de Marvila tem esse bairro muito bem representado uma vez que, em dezanove, seis vivem no referido bairro, ou seja, mais de 30%. Lembrou que ser eleito acarreta alguma responsabilidade do ponto de vista político: há que mobilizar a sociedade e fazer um trabalho político que todos os eleitos têm como responsabilidade em função dos compromissos assumidos perante os eleitores e os compromissos com o partido político de cada um. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, e referindo-se à proposta da bancada do PS feita pelo eleito Sr. Manuel Saraiva, disse que efetivamente hoje era para ter havido a discussão de três propostas na CML, uma do CDS-PP, outra do PCP e outra da própria CML, que tendo sido adiadas será necessariamente no sentido de conjugar e melhorar as referidas propostas. Nesse sentido, a sua bancada aceita retirar a proposta referente ao Museu Operário com o compromisso assumido da Assembleia de Freguesia para que a Câmara e também a Junta de Freguesia tomarem uma posição relativamente à criação deste Museu Operário, um espaço de homenagem aos operários e construtores da nossa cidade. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções, informou que foi então retirada a moção do PCP referente ao Museu do Operário, colocando os restantes documentos apresentados à votação do plenário. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação o **Voto de Louvor aos funcionários da Junta de Freguesia**, subscrita por todas as bancadas com assento na Assembleia de Freguesia. -----

---Passada a votação, **foi o Voto de Louvor aos funcionários da Junta de Freguesia aprovado por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação o **Voto de Agradecimento aos intervenientes no combate da pandemia Covid-19**, subscrita por todas as bancadas com assento na Assembleia de Freguesia. -----

---Passada a votação, **foi o Voto de Agradecimento aprovado por unanimidade.** -----

---De seguida, e dado o teor dos documentos votados, o **Sr. Presidente da Assembleia** propôs fazer-se um minuto de silêncio pelas vítimas da pandemia Covid-19, proposta que foi aceite pela unanimidade do plenário. -----

---Passado o minuto de silêncio, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Moção do PCP referente ao apoio às PMEs.** -----

---Passada a votação, **foi a Moção apresentada rejeitada com os votos a favor do PCP e do BE, os votos contra do PS e as abstenções do PSD, do CDS-PP e do PMMI.** -----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Recomendação apresentada pelo PSD e subscrita pelo PS e pelo PMMI relativa às transmissões online da Assembleia de Freguesia.** -----

---Passada a votação, **foi a presente Recomendação aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao Período da intervenção do Público, informando que haverá três intervenções e que cada um dispõe de cinco minutos, solicitando à **Sr.ª Primeira Secretária, Sr.ª D. Diana Prudêncio**, para dar a palavra aos fregueses para intervir. -----



---A **Sr.<sup>a</sup> Primeira Secretária** passou a palavra ao **Sr. Pedro Henrique**, morador no bairro das Amendoeiras e que disse vir falar sobre os apoios que a Junta dá. Disse trazer um caso muito concreto referente a uma senhora do bairro dos Lóios, a D. Lurdes, tem 77 anos, é doente oncológica, tem problemas de saúde e pediu apoio à Junta no sentido da aquisição de bens alimentares e de medicação e que teve a sorte de quando telefonou para o número fixo de ser atendida, informando ainda que muita gente quando liga para a Junta de Freguesia, dizem que não são atendidos e, quando o são, dizem para deixar o contato porque vão reencaminhar para a assistente social e que estas nunca retornam as chamadas o que, a seu ver, torna complicado esta atribuição de apoio a quem faz falta. Disse que esta senhora vive da caridade do senhor do café, que lhe leva a comida, e de alguns vizinhos que lhe levam a medicação. Salientou que existem outros casos onde não há esta caridade, há pessoas que passam fome, que têm miséria e que não conseguem aceder ao serviço público da Junta de Freguesia, na sua opinião, pelo excesso de burocracia uma vez que muitos fregueses não são tão instruídos assim para aceder a este tipo de plataformas e o telefone, que é um meio básico já se viu que não funciona de forma eficaz. Salientou ainda que Marvila integra na sua estrutura uma população pobre e que com a pandemia se veio a acentuar. Concluiu que, como a D. Lurdes, há outras pessoas que vivem em situações de pobreza e que infelizmente não conseguem aceder aos apoios sociais da Junta e muitos não têm sequer conhecimento dos mesmos, deixando a sua preocupação nesse sentido de que nesta pandemia temos idosos que trabalharam uma vida inteira e que hoje necessitam quem os apoie pois são uma população de risco, com poucos rendimentos e que é premente fazer algo nesse sentido não podendo deixar ninguém para trás.-----

---A **Sr.<sup>a</sup> Primeira Secretária** passou de seguida a palavra ao **Sr. Adriano Finuras**, morador no Condado disse ser um prazer participar nesta assembleia que é a primeira neste formato. Disse querer apresentar algumas situações que vão ao encontro da luta do bairro do Condado para o seu desenvolvimento e mais agora, com a pandemia sendo sua opinião que se deveria unir esforços na mesma luta. Falando da rua Alfredo Marceneiro, disse haver uma obra não concluída pela Junta de Freguesia, faltando a conclusão das instalações dos professores, a iluminação do espaço considerando necessário finalizar uma obra que já dura há cerca de quatro anos. Relativamente ao parque calisténico, disse que já antes da pandemia tinha uma grande frequência de atletas, sendo também um ponto que atrai muita gente de fora do bairro e que urgência de uma limpeza ao redor do mesmo e do próprio parque. Apontou falhas da iluminação na Praça Fernando Amado que traz uma falta de segurança a que ali passa. Apontou alguns locais do bairro do Condado que têm falhas de alcatrão e soltam gravilha havendo a necessidade de os reparar. Relativamente às obras inacabadas entre os lotes 526 e 544, questionou se a Junta poderia fazer alguma pressão com quem de direito pois já estão naquele estado há cerca de quatro anos e é necessário fazer alguma coisa sobre isso pois é um espaço degradado que não dá dignidade aos moradores. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Primeira Secretária** passou a palavra à **Sr.<sup>a</sup> D. Romana Sousa** que agradecendo a oportunidade de poder participar leu o texto que a seguir se transcreve: -----

«Aula Síncrona

Era a hora em que as crianças podiam ouvir a sua professora a explicar a matéria, esclareciam as suas dúvidas, recebiam os trabalhos que seriam posteriormente apresentados e viam e ouviam os seus colegas de turma.

As crianças de famílias pobres, sem recursos, não têm meios para obter tabletes ou computadores ficando impedidas de participar, quer pelo confinamento a que todos estavam



sujeitos, quer pela ignorância das técnicas a utilizar pelas próprias famílias. Temos muitas dessas crianças na Freguesia, em que a iliteracia é uma triste realidade.

Só responderam de forma positiva famílias que tinham o equipamento, o acesso à Internet e o conhecimento informático necessários, gerando-se uma enorme desigualdade no direito ao ensino. Para alguns, o ano letivo terminou em março.

Vivemos num período de incertezas, mas era importante saber qual a garantia de que em setembro as escolas de Marvila estarão preparadas para iniciar o ano letivo, com segurança dos equipamentos e acessos, o número de funcionários e professores necessários e turmas com menos alunos.

A CML, pela mão do vogal da Educação e Apoios Sociais, Manuel Grilo, distribuiu tablets aos alunos do 3º e 4º anos, mas é necessário aumentar esse apoio e a facilitação do acesso à NET, é manifestamente insuficiente e pertence ao Ministério da Educação a responsabilidade de facultar aos alunos equipamentos e acessos à NET.

As crianças do Ensino Básico que estão inscritas na Escola Luísa Neto Jorge vão poder regressar à sua escola?

A escola Professor Agostinho da Silva vai funcionar?

A pobreza está diretamente proporcional à Educação e a sua ausência aumenta em vez de diminuir a desigualdade.

Nas escolas da Freguesia de Marvila é urgente alterar esta equação.

Obrigada» -----

---Agradecendo a participação dos fregueses, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para que este pudesse responder às questões e dúvidas levantadas. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, saudando os presentes, agradeceu a presença de todos e agradeceu em especial a participação dos fregueses que intervieram na reunião. Deixou também uma palavra muito especial aos trabalhadores da Junta de Freguesia, aos que estão presentes a exercer as suas funções e à equipa de acompanhamento das Assembleias de Freguesia pelo seu prolífero trabalho em prol da freguesia de Marvila e a todos os trabalhadores da freguesia um agradecimento muito especial pela forma como se comportaram e a forma generosa e voluntária com que desempenharam as suas funções nos últimos três meses. Disse ainda que, enquanto. Executivo, foi com muito orgulho que viram aprovadas por unanimidade as propostas referentes ao desempenho dos trabalhadores da Junta de Freguesia e relativamente ao agradecimento a todos aqueles que estiveram na primeira linha de combate nas várias profissões que fizeram esse desempenho. Referindo-se às questões colocadas pelos senhores membros da assembleia, disse secundar as palavras do eleito António Alves quando diz que não se pode deixar ninguém para trás no que refere o plano de digitalização do país, acredita que o Ministério da Educação deve insistir junto dos agrupamentos de todo o país para cada escola fazer o levantamento das necessidades de cada família e aí cabe à Junta de Freguesia um papel de exortar e vigiar no sentido de que esses levantamentos sejam realizados e também referindo as necessidades de digitalização, saudou o Sr. Primeiro Ministro António Costa porque efetivamente, através de um plano de digitalização abandonou a política de vários realizada pelo Sr. Pedro Passos Coelho e da política PSD – CDS que desinvestiu desta área do plano tecnológico, salientando que somos agora forçados em via de uma pandemia a assumir essa responsabilidade relativamente à aquisição de computadores para os alunos do terceiro e quarto anos que no futuro completarão o seu ensinamento e combaterão a sua desigualdade. Referiu ainda que



fundamentalmente devemos ser ousados, as crianças e os jovens não são um grupo de risco e devem voltar para a escola e devem lá estar de uma forma presencial e o que é importante é fazer políticas verdadeiras no seu processo de igualdade social e essas políticas pautam-se por uma maneira muito diferente, salientando que, quem lê hoje o artigo da Mariana Mortágua no “Jornal I”, sabe que esse é que deve ser o caminho. Salientou que devem haver turmas mais reduzidas, deixar de serem turmas de 26 alunos e passarem a ser turmas de 15 alunos, deve-se ter mais Assistentes Operacionais nas escolas, devem existir mais professores nas escolas e deve-se também, relativamente aos professores com idade mais avançada, aprovar medidas que contemplem a sua rápida aposentação sem perda dos seus direitos, dizendo que, a seu ver, é isso que é tratar de um estado inclusivo, igualitário e que responde àquelas que são as necessidades das crianças. É sua convicção que é essa a primeira medida porque as crianças precisam de conviver, de estar junto, precisam do ensino presencial que é essencial para o seu desenvolvimento cognitivo e pedagógico fazendo também a assunção dum compromisso do digital, que tem de ser devido à sua vastidão de investimento, ser assumido pelo Estado central e pelo Estado local, mas ao nível municipal. Relativamente à questão colocada sobre a mudança de Tesoureiro no Executivo da Junta, disse que a decisão foi tomada no dia 18 de outubro de 2019, foi afixada através de edital que como é sabido publicitam as decisões tomadas pelo Executivo, havendo desde essa data o conhecimento por todos dessa mudança. Disse estar um pouco surpreendido pois o Orçamento foi apresentado em novembro e ninguém questionou a mudança já existente nessa data. Esclareceu que esta mudança se deve ao facto da Dr.<sup>a</sup> Susana Guimarães, fruto da sua atividade profissional e fruto de maiores compromissos em termos do seu escritório de advocacia, solicitou que houvesse uma reestruturação das funções que exercia na Junta de Freguesia, situação que foi imediatamente aceite porque, como é sabido pelos senhores membros da Assembleia de Freguesia, a presença de um Tesoureiro é uma tarefa quase quotidiana, necessária para fazer os pagamentos da Junta de Freguesia, realizando as devidas operações de tesouraria, pelo que foi realizada de imediato a referida mudança. Relativamente ao Orçamento Participativo, não se querendo alongar sobre a questão, disse que, a decisão do OPM e OPJ de 2020 ser de cariz social foi adotada por aprovação dos seus membros em comissão do OPM e OPJ, tendo sido o voto favorável e o voto surgido em democracia e referindo a leitura jurídica que o Executivo faz da referida matéria entende ser possível juridicamente esta alteração e, assim sendo, frisou que não se continuará a alimentar diferenças jurídicas do que são as decisões do Executivo ou quaisquer outras questões e, havendo alguma questão, esta deverá ser feita nos lugares próprios para a fiscalização do Executivo. Relativamente às intervenções dos fregueses, começando pelo Sr. Pedro Henrique, disse ter sempre um enorme gosto que o Sr. Pedro Henrique, um jovem, tenha esta capacidade de estar solidário com os outros e esta vontade de ajudar o seu próximo, como a Sr.<sup>a</sup> Lurdes, com 77 anos, do bairro dos Lóios afirmando que, na Junta de Freguesia, se leva até à exaustão tudo o que neste âmbito lhe é solicitado respondendo a todos os pedidos feitos e solicitações expressas. Afirmou ainda que o atendimento telefónico esteve sempre presente em toda a hora, e ele mesmo logo pela manhã, fazia pessoalmente cinco a seis entregas em cada de quem necessitava. Descansou o freguês dizendo que em Marvila ninguém fica para trás, ninguém fica sozinho e ninguém fica sem resposta. Referindo-se de seguida ao Sr. Adriano Finuras, respondeu que aquilo que é importante no bairro do Condado não é só por ventura a questão da matéria mas também o espírito sendo por isso que o maior apoio ao associativismo é realizado na zona que tem mais





associativismo em Marvila, enumerando de seguida as várias associações do Condado apoiadas pela Junta, salientando ainda que é isso que gera uma rede de vizinhança informal, determinada, coesa, que dá as respostas sociais que são necessárias. Frisou ainda que, para além destas respostas, há outras diferentes. Lembrou que está em construção um parque infantil, perto das irmãs de Teresa de Calcutá que é uma obra essencial e determinante. Lembrou também que estão três projetos, no âmbito do OPM e OPJ que incluíram medidas para o bairro do Condado, bem como será feito o novo coreto na Praça Eduardo Mondlane e também a requalificação do Polidesportivo da Praça Fernando Amado que irá criar uma outra centralidade, outras zonas de estadia e de aproveitamento dos locais que irão dar um significado completamente diferente àquilo que é feito no local. Lembrou que este Executivo fez uma grande obra que foi a mudança dos sentidos de trânsito na Praça Fernando Amado, com gestão e situação de estacionamento e da rede viária no referido local. Concluiu dizendo que não é pouco, mas que ainda há muito para fazer e é consciente de que é necessário fazer ainda muito no bairro do Condado, que passa muito por uma limpeza sistemática e regular do parque calisténico e também para a sobrelevação das passadeiras da A. João Paulo II para ficar com umas melhores condições de rede viária. Relativamente à questão da Sr.<sup>a</sup> D. Romana, disse ter gostado muito do conceito de “Aula Síncrona” que veio muito a par do que é a intervenção da Margarida Mortágua, mas, relativamente à questão dos meios digitais, disse que a Junta de Freguesia não fez assim tão pouco porque, além de ter transferido uma verba de 25000 euros ao agrupamento D. Dinis, verba ainda não transferida na totalidade, mas já cerca de metade, no sentido de resolver as questões de ensino à distancia ou de minorar os alunos do 10º e 11º ano e 12º ano, foi também muito atuante, relativamente ao passado, em dotar um centro digital numa verba de 5000 euros para o bairro do Condado ou ter criado recentemente, através de uma verba de 1500 euros, um minicentro digital para o bairro da Prodac. -----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia**, passou ao período da ordem do dia, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentar o ponto 1 da Ordem de Trabalhos – Informação Escrita do Presidente, no período de novembro e dezembro de 2019 e de janeiro a fevereiro de 2020. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que este período de informação escrita é um período que já está muito distante no tempo, informando que a junta de Freguesia, do mês de novembro de 2019 ao mês de fevereiro de 2020, e apesar de toda a realidade já ter sido ultrapassada através da pandemia de Covid-19, se continuou a fazer o trabalho de todos os dias de uma forma cotidiana tal como explanada na Informação Escrita. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** solicitou à Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária que verificasse as inscrições para intervenção e, à vez, passasse a palavra a cada um. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária, Sr.<sup>a</sup> D. Anáisa João**, passou a palavra à **Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse que, de certeza não se espera que ninguém faça críticas ou que se diga que está tudo bem. Disse que subscreveu o agradecimento aos trabalhadores porque eles continuaram a trabalhar para manter os serviços necessários a cada um. Afirmou que não está tudo bem em Marvila, salientando os 101 apoios sociais espelhados na Informação Escrita, considerando que, numa freguesia com tanta gente pobre como é que só há estes apoios sociais. Disse ser verdade que a Junta apoia associações, instituições, etc., para que eles façam o seu trabalho de serviço à população mas, na sua opinião, a Junta não se pode demitir dos seus apoios sociais e considera que 101 apoios nestes meses todos, de novembro a fevereiro, são poucos e há que verificar o que se passa para assim acontecer.



Salientando que muitos dos fregueses nem sabem da existência destes apoios, mostrando que a ligação entre a Junta e os fregueses é muito ténue. Disse que muitos dos fregueses quase que não sabem ler e que têm muita dificuldade em arranjar os documentos solicitados, primeiro porque não sabem utilizar a internet onde são gratuitos e depois quando vão às repartições para os solicitar, não têm dinheiro para os pagar. Disse que há todo um conjunto de coisas que é necessário informar estes fregueses, salientando que quem tem estado a fazer um bom trabalho a nível social, na sua opinião, tem sido o Sr. Vereador Manuel Grilo, da CML. Frisou ser da maior importância conseguir realmente chegar a todos aqueles que necessitam de apoio. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, relativamente à alteração do Tesoureiro da Junta de Freguesia, disse ter havido uma Assembleia de Freguesia em novembro de 2019 e considera que, uma vez que esta mudança se deu em outubro, essa informação poderia ter sido dada na referida assembleia, pois é, na sua opinião, uma informação útil e relevante. Chamou a atenção para alguns lapsos existentes para a sua correção. Em relação aos espaços verdes, salientou uma situação de informação de podas de árvores que foi informada e depois não cumprida, o que gerou algum desconforto para os moradores que retiraram as suas viaturas e depois apenas foi podada uma árvore, deixando as outras por podar. Relativamente à Ação Social, atendendo ao número de pedidos existentes, aqueles que realmente são atribuídos são poucos e salientou que, na sua opinião, uma das responsabilidades que o Executivo tem é de divulgar estas situações, dando como exemplo, um requerimento enviado no dia 28 de abril, para resposta do Presidente da Junta, porque nesse dia, a Junta de Freguesia de Marvila não tinha no seu site o Regulamento dos apoios sociais, concluindo que, se as pessoas procuram informação e a mesma não está disponível, começa-se a entender o porquê de tão poucos apoios. Salientou que, só nessa data é que foi colocado no site da Junta o Regulamento dos apoios sociais aprovado em 2018. Referindo-se aos cabazes de Natal, disse ter tido conhecimento desta situação pela população questionando quais os critérios de atribuição dos cabazes e como foi divulgada a iniciativa. Relativamente ao Gabinete de apoio à criança e ao jovem de avaliações psicológicas em parceria com a CERCI de Lisboa, solicitou mais informação frisando que ninguém tem conhecimento deste trabalho. Relativamente à higiene urbana, informou que, na rua Botelho de Vasconcelos existe uma lixeira a céu aberto assinalando que algo deverá ser feito para que se possa evitar esta situação. Relativamente ao desporto, disse que, mais uma vez esta assembleia não tem conhecimento que a Junta de freguesia tem um símbolo para o Desporto, tendo obtido essa informação noutra site. Relativamente à cultura, sobre o evento da Gala do Fado, chamou a atenção que, estes tipos de eventos que têm muita procura, deveriam ser realizados em espaços onde pudesse estar mais gente. Relativamente aos projetos do OPM e OPJ solicitou mais uma vez que esta assembleia fosse informada dos mesmos para poder estar presente aquando da realização dos mesmos. Salientou que existem projetos aprovados do OPM e OPJ dos quais a própria comissão não tem conhecimento dos mesmos não tendo conhecimento de como estão a ser realizados. Sobre o parque calisténico da rua António Gedeão, disse considerar importante reforçar a iluminação da referida zona, uma vez que se encontra muito mal-iluminada, e também um bebedouro para utilização de quem frequenta o parque. Reforçou relativamente ao projeto da Quinta das Flores, que o mesmo fosse enviado aos membros da Assembleia de Freguesia salientando que este pedido já foi feito pela sua bancada noutras Assembleias.



Solicitou ao Executivo informações relativas aos protocolos com a Associação Cultural Cepa Torta, a Fundação Liga e a Associação Portuguesa de Amigos de Raoul Follereau. -----

--- A **Sr.ª Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que, na sua opinião, a informação escrita, tendo em conta a data apresentada, resume as preocupações das pessoas e instituições da freguesia considerando o primeiro ponto da informação apresentada que diz que as preocupações dos utentes da freguesia são muito semelhantes aos dos meses anteriores enumerando alguns, ilustrando assim as referidas preocupações. Disse que, como se pode ver, o “retrato” está feito relativamente às necessidades e preocupações dos fregueses de Marvila e a Junta de Freguesia e o Executivo têm conhecimento dessas mesmas preocupações e necessidades. Questionou se, face a este “retrato”, a Junta de Freguesia está a ter em devida conta as preocupações e necessidades colocadas pelos fregueses, enumerando e fazendo um resumo das preocupações apresentadas, considerando pelo apresentado que talvez não. Disse que, na sua opinião, esta pandemia irá contribuir para uma maior sensibilização entre os eleitos, sendo certa a necessidade de tomar as melhores medidas para minimizar estas questões e dar resposta aos problemas que se apresentam. Pediu esclarecimentos sobre o período a que a informação se refere uma vez que há dados que estão com uma data anterior ao da informação apresentada. Pediu também informações mais detalhadas sobre o gabinete da Junta de Freguesia no mercado do Condado, sobre a sua capacidade e quais as condições de utilizações. Uma questão que a seu ver é preocupante, é a situação dos 13 parques infantis que não estão em condições de utilização pelas crianças, frisando ser importante que a CML ceda rapidamente as verbas para a reabilitação dos mesmos para poderem ser utilizados e usufruídos pelos fregueses. Pediu esclarecimentos sobre a verba atribuída à Fundação Liga. Referindo-se ao quadro de resumo da execução orçamental das receitas e despesas, disse também ter algumas dúvidas quanto ao prazo a que se destinam indicando quais as datas em que residem as suas dúvidas. Disse considerar positivo as medidas que constam no ponto 1.2, de dotar os serviços da Junta de Freguesia dos recursos humanos necessários ao bom desempenho das suas tarefas e funções, com o objetivo de melhorar e servir melhor os fregueses de Marvila. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra ao **Sr. Presidente da Junta**, relembrou os Senhores membros da Assembleia que, depois da intervenção do Sr. Presidente da Junta, o ponto em discussão é encerrado. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, referindo-se às questões colocadas sobre os apoios sociais, disse que ninguém está contente com o número de apoios sociais realizados até agora, mas efetivamente as respostas aos apoios sociais e depois de descortinadas as razões de carência social que são apresentadas pelos Marvilenses, em cerca de 90% a 95% dos pedidos são aceites e respondidos de uma forma célere. Fazendo uma comparação dos números de apoio social existente com os números apresentados pelos números do anterior Executivo, é na mesma demonstrada um aumento exponencial e decisivo do que é a capacidade de resposta existente agora, dando alguns exemplos reais a ilustrar a sua afirmação. Disse que, o que o verdadeiramente é preocupante, é a pobreza encoberta e a pobreza envergonhada, pois dos casos que são apresentados, depois de devidamente auscultadas e descortinadas e presenciadas, e de verificados os sinais exteriores de riqueza não têm como é óbvio o devido apoio. Frisou que as regras para a atribuição de apoios têm de ser cumpridas e isso é uma exigência do Executivo pois esses apoios são uma utilização dos dinheiros públicos.



Concordou que seja necessária uma maior divulgação destes apoios dizendo que se pode fazer um anúncio dos mesmos nas redes sociais e das vitrines e informou também que o atendimento social está, desde a segunda feira anterior, a funcionar em permanência no Salão de festas do Vale Fundão. Salientou que a preocupação do Executivo é com as respostas e dar cada vez mais resposta às necessidades das mesmas. Disse que o Executivo não está satisfeito e o seu desejo é chegar a todos os que necessitam. Relativamente à questão do Vereador e no que é referente aos apoios, salientou que há aqueles que anunciam e dizem que têm uma rede, e que também o Executivo tem a sua rede, informando que há 400 refeições diárias confecionadas, em termos de um conjunto de cabazes que são dados através da AMI, Centro Social São Maximiliano Kolbe, ATM, O Nazareno, também por um conjunto de funcionários de uma forma voluntária da Junta de Freguesia que desempenham esta tarefa, que provavelmente nenhuma freguesia da cidade de Lisboa a tem. Relativamente ao Vereador Manuel Grilo, disse estar completamente à vontade, considerando que o referido Vereador está a fazer um ótimo trabalho e que está muito satisfeito na colaboração que este tem tido com a Junta de Freguesia, mas que também a freguesia de Marvila relativamente ao Sr. Vereador dos Direitos Sociais não recebe nenhuma lições, pelo contrário. Disse que o que damos é o exemplo tanto na defesa do que são os direitos sociais como na defesa dos direitos dos trabalhadores porque o dito Vereador tem no seu pelouro prestadores de serviço contratados este ano pela CML, afirmando que a Junta de Freguesia não segue esta realidade, pelo contrário, a Junta de Freguesia está a limitar o trabalho precário. Salientou que agradece à CML assim como agradece ao Banco Alimentar e como agradece à SCML, lembrando que a SCML teve uma atuação preponderante, através das instalações cedidas pela Junta de Freguesia para a realização do seu projeto de entrega de alimentação que abrange cerca de 600 pessoas e cerca de 200 agregados familiares. Relativamente às intervenções do Sr. Luís Castro, disse considerar que um cidadão atento, um cidadão que é líder político é obvio que lê os editais, lê as propostas e sabe o que é feito e, conseqüentemente, saberia com certeza para poder fiscalizar e saberia que neste edital estaria expressa a mudança da função de Tesoureiro, salientando que a informação poderia ter sido dada de uma forma mais cortês, simpática e gentil, mas considera que também os senhores membros da Assembleia também não agem da mesma forma e assim, este Executivo cumpre a legalidade que lhe é devida. Disse que o eleito tem razão acerca da situação da revista de Marvila que já não deveria estar incluída nesta informação. Relativamente à questão referente à rua Pedro José Pezerat, informou que os técnicos da CML dizem não ser a altura correta para a poda das referidas árvores e informou também que entre os moradores, há os que querem a poda e os que não querem a poda sendo um pouco confusa a sua solução, concluindo que se irá tentar chegar a consenso relativamente a esta questão. Relativamente à ação social, concorda com o eleito considerando que o número poderá não estar correto e agradeceu o requerimento apresentado pelo eleito que ajudou a corrigir um erro e poder divulgar assim mais eficazmente os apoios da Junta de Freguesia. Relativamente aos cabazes, informou que este ano, por uma questão jurídica, os cartões não puderam ser adquiridos na mesma empresa do ano anterior. Informou ainda que os critérios foi o de atribuir estes cabazes a cerca de cinco instituições da freguesia que por elas próprias identificaram e sinalizaram as pessoas que estavam em situação de carência e necessitavam de ajuda e, assim, puderam receber esta oferta. Relativamente à questão das avaliações psicológicas, o que foi detetado foi uma questão de funcionamento interno, pelo que não seria necessário fazer a sua publicitação. Informou ainda que, o que foi entendido pelas



técnicas de psicologia da Junta que estão a fazer o projeto de intervenção psicossocial nas nossas escolas, foi haver um fluxo maior de trabalho, que consideraram haver a necessidade de algum auxílio, relativamente à elaboração dos relatórios de avaliação psicológica e, nesse sentido, foi estabelecido no protocolo de colaboração da CERCI, a possibilidade da Junta de Freguesia recorrer a esse tipo de serviço. Relativamente à questão da rua Botelho de Vasconcelos, disse que relativamente ao que ali se encontra há que ter alguns cuidados, pois infelizmente encontra-se ali uma questão jurídica, um conflito judicial grave entre a empresa Vamaro e a Gebalis. Informou que a Junta tentou minimizar o impacto e, numa maneira inicial, tentámos remover algum entulho localizado já fora do estaleiro, mas posteriormente, o Executivo foi alertado sobre as suas responsabilidades jurídicas sobre uma situação em que a Vamaro está a fazer uma pressão psicológica sobre a Gebalis sobre um desencontro de verbas em que a Gebalis afirma não dever nada mais à Vamaro em termos de trabalhos realizados a mais e a Vamaro afirma serem-lhe devidos trabalhos a mais. Informou ainda ter dado instruções aos serviços de higiene urbana que, dentro do que é a sua capacidade, sem adquirir responsabilidade jurídica colateral por parte da Junta de Freguesia, que fizessem o que seria necessário fazer ali, informando que relativamente a um dos lotes que se encontrava em circunstâncias que a Gebalis deixou de colocar uma porta de acesso à habitação e dentro do andar de rés-do-chão de acesso a esse lote, as pessoas defecavam e urinavam. Salientou que, o princípio da Junta foi limpar o referido local e colocar, de acordo com a Gebalis, uma porta de modo a que não houvesse ali nenhum problema. Disse que o resto é uma questão que tem insistido diretamente com o Sr. Presidente da Gebalis e de uma forma sistemática, de maneira a que as pessoas não tenham o presente problema. Disse estar muito incomodado uma vez que ali moram pessoas com muitas dificuldades, até de mobilidade, que estão a suportar os efeitos das más condições da zona, continuando a salientar que a Junta não pode intervir nesta situação mais do que tem feito. Relativamente ao local para o evento da Gala do Fado, informou que o mesmo foi escolhido pela associação promotora do evento. Relativamente ao Logo do Desporto, informou que o mesmo foi idealizado e escolhido no Conselho do Desporto da freguesia de Marvila, concedendo que poderia ter sido enviado esse logo ao conhecimento dos senhores membros da Assembleia, porém a decisão ocorreu em fevereiro e, depois em virtude da pandemia, não foi dada grande importância a este tema. Disse ter tido muitos bons exemplos do que foi a participação dos 60 anos da freguesia e comissão das comemorações do 25 de abril, considera que a participação a comissão do OPM e OPJ seguirá o mesmo caminho, estimulando a participação da assembleia em comissões como as anteriores apontadas. Respondendo ao Sr. António Pereira, respondeu que as grandes intervenções do espaço público só poderão ser realizadas com o apoio da CML, mas que se vão conseguindo realizar pequenos arranjos, informando, para seu contentamento e relativamente ao rebaixamento dos passeios de Marvila Antiga que o eleito António Pereira sempre lutou para a sua realização, que os mesmos estão a ser finalmente realizados. Enumerou também algumas obras do espaço público que estão a ser realizadas ou prestes a realizar. Respondendo relativamente à Cepa Torta, informando que é um grupo de teatro que tem trabalhado com as crianças de Marvila na Biblioteca de Marvila. Relativamente à Fundação Liga, informou que está associada com a Liga Portuguesa de Deficientes Motores que teve uma Casa das Artes em Marvila e tem cerca de sessenta utentes de Marvila que fazem parte das suas instituições sendo uma prova indireta de apoio a esses 60 Marvilenses que fazem o seu trabalho e desempenham o seu percurso pedagógico e educativo com as suas deficiências não já no território de Marvila mas sim no território da



Ajuda. Relativamente ao gabinete do bairro do Condado, disse ainda não ter bem em mente qual será a sua função, mas que será feito um regulamento do mesmo para poder ser colocado ao serviço dos Marvilenses. ---

---A Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura (BE) solicitou a palavra, em defesa da honra, dizendo que o Sr. Presidente da Junta fez afirmações que não são verdade no que diz respeito ao Sr. Vereador Manuel Grilo ter feito contratos precários, informando que foi feito um protocolo com o ISCTE que durará o tempo da pandemia e que é a reitora do mesmo que faz os contratos com os funcionários e esses contratos não são precários. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta**, nos mesmos moldes cedidos à eleita do BE, para resposta à sua intervenção. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que o que afirmou e existe são contratos de prestação de serviços de assistentes operacionais em escolas da cidade de Lisboa. Salientou que o Vereador da Educação é o Sr. Manuel Grilo. Informou ainda que a presente situação foi denunciada por si na ocasião da visita à Escola Básica Luiza Neto Jorge onde disse claramente para o Sr. Vereador não entrar nessa situação que promovia a precariedade laboral. Lembrou a Sr.<sup>a</sup> eleita Isabel Ventura que não vale tudo em política, se valorizamos o que é bem feito, também se denuncia o que não o é. Salientou que, sendo o Sr. Vereador Manuel Grilo o responsável pela Educação, nunca o ouviu afirmar que era contra a forma de contrato dos trabalhadores em questão, sendo este uma introdução de precarização laboral de assistentes operacionais e assistentes técnicos nas escolas. -----

---Utilizando da palavra sem autorização, a **Sr.<sup>a</sup> Isabel Ventura** foi admoestada pelo **Sr. Presidente da Assembleia** que a lembrou que não tinha permissão para o uso da palavra. Tendo a eleita insistido por várias vezes no uso da palavra sem permissão, o **Sr. Presidente da Assembleia** retirou a sua permissão à reunião de videoconferência, lembrando que o funcionamento desta Assembleia em modo de videoconferência foi previamente em conferência de representantes, salientando que existem regras e as mesmas são para se cumprir tendo as mesmas sido previamente acordadas e devem ser cumpridas lembrando que a democracia tem duas vias e o acordado é para cumprir, frisando que não se deve usar os meios à disposição para violar as regras da democracia salientando que, se todos ligarem os microfones ao mesmo tempo e falarmos todos, a reunião torna-se ingerível. Lembrou que o eleito, Sr. Luís Castro, quis usar da palavra e não o podendo fazer dentro das normas regimentais, acatou e aceitou não o fazer. Salientou ainda que é obvio que a eleita do BE irá participar na reunião, mas não pode sistematicamente ligar o microfone sem permissão e falar por cima dos outros. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida ao **ponto 2** da Ordem de Trabalhos - **Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais (deliberação n.º 1635/2020 da Junta de Freguesia)**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto em discussão. -----

---O **Sr. António Pereira (PCP)** solicitou à mesa a permissão para a colocação de uma questão antes da apresentação do ponto à discussão e, tendo sido dada a autorização para tal, chamou à atenção de que nos documentos apresentados neste ponto as competências dos órgãos estão tocados, dizendo que, conforme a Lei 75 refere, a Assembleia de Freguesia delibera e o Executivo da Junta executa e aprova e não o contrário como está colocado no documento apresentado. Assim, solicitou que o mesmo seja corrigido posteriormente. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse que o que o eleito do PCP disse está correto e confirmou que a devida correção será



feita solicitando ainda que o Sr. António Pereira precisasse quais os documentos a corrigir agradecendo a correção feita. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra e analisando a proposta apresentada, precisou onde deveriam ser feitas as alterações que antes apresentou para a sua posterior correção. Apontou ainda algumas discrepâncias relevantes nos documentos apresentados, solicitando esclarecimentos sobre as mesmas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, no uso da palavra, disse já ter pedido aos serviços para rapidamente fazerem as alterações e correções necessárias na proposta apresentada. Informou que o regulamento apresentado nos documentos é um regulamento interno da Junta de Freguesia sendo como um manual de instruções, não havendo qualquer relevância externa no mesmo. -----

----O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **ponto 3** da Ordem de Trabalhos - **Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas (deliberação n.º 1634/2020 da Junta de Freguesia): Relatório de atividades; Relatório de gestão e Conta de gerência.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto em discussão. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, pediu permissão para deixar uma palavra de agradecimento aos senhores membros da Assembleia de Freguesia que acompanharam a elaboração do inventário apresentado no ponto anterior e uma palavra de maior simpatia ao membro da assembleia, Sr. António Alves, salientando que foi o eleito que iniciou este processo e que foi concluído neste mandato com a orientação do Técnico Oficial de Contas. Seguidamente, o Sr. Presidente da Junta fez uma breve explanação dos documentos apresentados, salientando a entrada de novos recursos humanos, para a higiene urbana e assistentes operacionais nas escolas, cerca de 30 trabalhadores, fruto dos concursos que tinham sido abertos. Salientou também o número de apoios sociais que, apesar de não estar satisfeito, subiram. Salientou também um aumento de um conjunto de atividades na área social que tem a ver com a dinâmica do plano educativo, com o aumento de inscrições no Praia-campo Infância e o Praia-campo Sénior, salientando ainda em 2019, a inauguração da Escola Básica Professor Agostinho da Silva. Salientou também o trabalho realizado por todos os técnicos que levaram aos resultados obtidos de forma quase brilhante nas Olisípiadas de 2019 e em tudo do que é a área desportiva da freguesia. Salientou também a grande dinâmica, em termos de eventos que a Junta de Freguesia promoveu, enumerando desde as Tunas Académicas, comemorações do 25 de Abril, o Fado sai á rua, Feira Medieval, Festa da Amizade, o Festival de Teatro Orienta-te, o lançamento do livro À Descoberta de Marvila, a primeira edição do Mercado de Natal e obviamente, agradecendo à comissão da assembleia que colaboraram de forma exemplar nas comemorações dos 60 anos da freguesia que tanto honraram este Executivo, a esta Junta de Freguesia e a todos os Marvilenses. Salientou, no âmbito do pelouro da Juventude, aquilo que foi um enorme sucesso de um festival – Marvila Tejo, com a participação de cerca de 21 artistas, com grandes nomes inseridos em vários estilos musicais, desde o Quim Barreiros ao Matay, com cerca de 7000 espetadores e numa freguesia tão diversa e diferente, tão multicultural, frisando ter sido um evento onde não houve nenhum incidente e que decorreu com uma grande normalidade tendo sido algo que honrou muito o seu Executivo. Por último partilhou com o plenário o término dos trabalhos e a entrega à CML do projeto de requalificação da Quinta das Flores. Fez de seguida uma breve apresentação em PowerPoint do relatório de gestão e das contas da Junta de Freguesia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** solicitou à **Sr.ª Primeira Secretária, Sr.ª D. Diana Prudêncio**, que desse a palavra, por ordem de pedido aos senhores membros da Assembleia.

---A **Sr.ª Primeira Secretária** começou por dar a palavra à **Sr.ª Isabel Ventura (BE)** relembrando os eleitos que dispõem de 10 minutos para uso da palavra relativamente ao ponto em discussão. -----



---A **Sr.<sup>a</sup> Isabel Ventura (BE)**, no uso da palavra, disse ter mais uma vez que falar sobre o que se passou anteriormente, afirmando estar a defender a honra da sua bancada e do Vereador da Educação. Sobre a questão dos trabalhadores auxiliares das escolas, disse que o Vereador da Educação exigiu concursos em abril de 2019 ao que o Presidente não respondeu e só este ano lançou os concursos, explicando que por isso tiveram de recorrer aos recibos verdes enquanto o concurso decorre e quem está no grupo de recibos verdes irá para concurso. Disse que, por isso, as afirmações feitas não são corretas uma vez que quem impediu a integração dos trabalhadores foi o Presidente da Câmara. Disse ainda que considera incrível que o Sr. Presidente da Assembleia a tenha retirado da reunião e que irá tentar saber o que poderá fazer sobre isso. Relativamente ao ponto em discussão disse que continua a haver um problema de existir um valor orçamentado e um valor muito mais baixo no valor executado. Disse não entender a existência de uma reserva de verba tão grande quando a freguesia tem tantos problemas e tantas dificuldades e cujas necessidades não são satisfeitas. Salientou também que as ruas da freguesia estão mal, as ruas sujas, com lixo e dejetos caninos, e em geral em todos os bairros. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que também nesta proposta existe o mesmo erro que apontou na anterior e que carece de correção. Relativamente ao relatório de atividades apresentado, disse pouco haver a dizer uma vez que o mesmo espelha o resumo das inúmeras atividades realizadas pela Junta. Relativamente à prestação de contas, disse que, pelo que todos sabem, a sua bancada votou contra o plano de atividades e orçamento de 2019 apresentado para 2019 pelas razões também expressas na altura. Disse ainda que, agora que se está a apreciar o relatório do que foi executado, considera que esteve dentro da razão quando naquela altura a sua bancada votou contra os referidos documentos provisionais. Salientou que, ou as previsões realizadas pela Junta de freguesia na altura foram mal pensadas ou, a terem sido bem estruturadas, conclui que a performance da Junta relativamente ao previsto foi um fiasco e, para ilustrar a sua intervenção deu variados exemplos corroborativos da sua afirmação. Fez também uma análise pelouro a pelouro onde enumerou os com menores graus de execução, salientando que pouco trabalho foi executado verificando que alguns deles tiveram um grau de execução de metade do ano anterior. Salientou que ao haver um grau de execução menor, aumenta o saldo de gerência, sendo estes grandes demais para uma freguesia com tantas carências, concluindo que o dinheiro da freguesia ficou mais ao serviço dos bancos que dos Marvilenses. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, deu nota relativamente a um requerimento que a sua bancada fez e que até ao momento não tinha sido respondido, requerimento enviado no dia 24 de abril, sobre a informação contabilística do ano 2019, tendo sido o único requerimento cuja solicitação não obteve resposta. Disse que o referido requerimento surgiu no sentido de um conjunto de informações contraditórias entre aquilo que o Sr. Presidente da Junta dizia que já tinha as contas prontas e depois tivemos outra reunião com outras pessoas do Executivo que afinal as contas não estavam prontas, depois na semana a seguir iam ser enviadas e no fim apenas em junho é que se teve acesso às contas do ano 2019. Relativamente às referidas contas, disse haver uns PPIs com uma taxa de execução muito baixa – na roda dos 5% - o que considera uma situação muito lamentável para uma freguesia que tanto necessita de investimento. Deu nota também de um resultado líquido negativo que salienta, não é um valor nada simpático para a Junta de Freguesia. Relativamente ao plano de atividades





apresentado, congratulou-se com tudo o que foi realizado, no âmbito das comemorações dos 60 anos da freguesia, das comemorações do 25 de Abril, etc. Parabenizou o Executivo pela realização do evento Marvila Tejo que, a seu ver, foi sem dúvida um marco na freguesia. Disse mais uma vez que a sua bancada quer ter acesso ao projeto da Quinta das Flores. Salientou que já por várias vezes o solicitou e até agora a Assembleia de Freguesia não tem conhecimento dos mesmos. Salientou ainda a sua preocupação por haver taxas de execução tão baixas e questionou o que aconteceu para tal se passar. Enumerou alguns pelouros que apresentam uma baixa taxa de execução pedindo razões para tal. Chamou também à atenção de estarmos em 2020 e haver projetos do OPM e OPJ por concluir. Para terminar, disse que, perceber que existe um saldo de gerência na ordem dos cinco milhões, é assombroso, sendo antagónico haver tanto dinheiro e não haver a capacidade de o utilizar para fazer mais obra na freguesia. Questionou como pode haver um saldo de gerência desta ordem quando a freguesia apresenta tanta carência e tanto investimento. -----

---Seguidamente, a **Sr.ª Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, questionou o que mudou em Marvila neste mandato. Disse que o investimento efetuado na freguesia é mesmo muito pouco. Dos contratos de delegação de competências assinados por este Executivo, disse que praticamente nada foi executado. Frisou que em 2019 a execução foi inferior a 1%. Salientou que a taxa de execução é muito baixa e até inferior à de 2018. Disse que, se se considerar o valor em reserva, então a taxa de execução é de 49.38%. Salientou que tudo isto não é por falta de dinheiro, mas por incapacidade, frisando que compete ao Executivo pensar de quem é essa incapacidade. Disse que, se se analisar os últimos três anos, o investimento de capital foi decrescendo demasiadamente, ilustrando a sua afirmação com os números de investimento de capital de 2017 a 2019. Disse que, em compensação o número de apoios cresceu a ilhós vistos, afirmando que, qualquer pessoa que goste de Marvila, não compreenderá com esta opção. Questionou se, com os apoios apresentados com um valor de quase dois milhões de euros, as instituições criaram condições para que no futuro próximo não venham a precisar de tanto recurso financeiro dos dinheiros públicos. Fez uma análise dos documentos de contas apresentadas no relatório de contas de 2019 constatou que, em 319 rúbricas orçamentais, que constavam na primeira revisão orçamental, foram efetuadas 207 alterações acrescentando que o Executivo tem toda a legitimidade de o fazer. Disse ainda que foram criadas mais duas rúbricas orçamentais nas despesas através de revisões. Disse que, para além da primeira revisão não foram apresentadas outras revisões para aprovação desta Assembleia que é o órgão deliberativo. Disse que o valor constante no mapa do PPI presente a este plenário, em sede de revisão, constava um valor de 3 milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e setecentos e neste relatório constata-se que o valor foi corrigido para três milhões, cento e oitenta mil e quatrocentos e cinquenta, retirando quatrocentos e setenta e seis mil e duzentos e cinquenta para reforçar despesas correntes dizendo ser um valor altamente relevante. Disse ainda que não foi apresentada uma alteração do valor do PPI para aprovação da Assembleia que é, de acordo com a Lei 75/2013, o órgão deliberativo a quem compete aprovar as opções do plano e o orçamento do órgão executivo assim como as suas revisões. Disse que o valor mencionado antes serviu para reforçar as orgânicas da administração e funcionamento, do desporto, da cultura e da higiene urbana. Questionou então se o Executivo vai continuar com este tipo de política em detrimento de fazer obra para todos os Marvilenses e também se não apostará nos espaços verdes que neste momento estão tão degradados, na requalificação do espaço público. Frisou que recursos financeiros existem e



que é uma questão de opção política. Analisando a prestação de contas da parte patrimonial, salvaguardando outros erros que possam existir, pelo menos existe uma situação anormal, apontando que no documento, que é um documento oficial, que é o anexo ao balanço e demonstração de resultados, na folha 8, no ponto dívidas ao Estado, os saldos parecem não estar corretos, salientando que os dados não podem estar corretos. A ser verdade esta situação, os documentos deverão ser substituídos porque os valores alteram e, a Lei diz que compete à Assembleia de Freguesia apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, assim como votar os documentos de prestação de contas. Salientou que, com muita pena sua, lhe parece não estarem reunidas as condições para colocar à votação a prestação de contas. Agradeceu o envio dos mapas das transferências correntes que faltava na prestação de contas e disse existir uma diferença de 90 mil euros, mas está compreendido. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, relativamente ao relatório do ROC e a Certificação Oficial de Contas, disse que na última página do documento em questão ainda não consta a data definitiva, dando a situação de que não serão ainda a versão final, bem como faltam os documentos dos bancos. Logo, o documento pode não estar correto. Disse que a sua preocupação tem a ver com a falta de investimento e que este Executivo vive para uma gestão corrente e vive o dia a dia. Disse que muito pouco foi executado relativamente aos contratos de delegação de competência, pedindo a confirmação do Executivo de que os mesmos vão avançar e em que áreas. Reconhece ser necessário haver alguma liquidez e espaço de manobra, mas dado um saldo de gerência tão elevado questionou se esse aumento se deve também aos dinheiros da CML para a execução dos contratos de delegação de competências. -----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para responder às questões colocadas pelos eleitos. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, começou por responder à **Sr.<sup>a</sup> Isabel Ventura**, dizendo que o Sr. Vereador Manuel Grilo se pode escudar por pedir o que pede, mas se o Sr. Vereador levasse a peito e de forma séria a proposta que a Junta de Freguesia lhe fez oralmente para integrar a nossa reserva de recrutamento de funcionários que estavam na Junta de Freguesia de Marvila, à espera de entrar e num concurso que estava aberto, e os deslocalizasse rapidamente para esses serviços na CML, o número de contratados a recibos verdes que a CML tinha que fazer era muito mais reduzido. Informou que o Sr. Vereador Manuel Grilo não quis aceitar a bolsa de recrutamento do Estado oferecida pela Junta de Freguesia de Marvila. Sobre a questão das contas e respondendo também nesta situação ao Sr. António Pereira, disse ser evidente que o Executivo tem um orçamento que efetivamente o Sr. António Pereira quis contar a parte da sua história, relativamente às execuções baixas, mas não contou a outra parte da história que é: 96% na Administração e Recursos Humanos, 80% na Estrutura Verde, 86% no Desporto, 96% na Cultura, 89% na Ação Social, 85% na Educação, 79% na Higiene Urbana, 79% no Património, Comércio e Urbanismo e 91% na Juventude salientando que, verdadeiramente, em pelouros da área social, cultural, recreativa e desportiva todos estes pelouros tiveram execuções acima dos 70%. Disse que este é um bom orçamento, amigo da esquerda e que até faz juz ao património ideológico do Partido Comunista Português, salientando que verdadeiramente na Educação, na Juventude, no Desporto, na Cultura e na Ação Social este Executivo está na frente e, a seu ver, o resto é residual, porque o problema que já entendeu existir, são relativos à Segurança e Mobilidade, que são pelouros que praticamente e com toda a lógica, têm que ser feitos e organizados pela



CML. Acrescentou que é por isso que também informa que na segunda feira a mobilidade ciclável da freguesia vai continuar a progredir à porta desta Junta de Freguesia, uma vez que se vão iniciar os trabalhos, em termos de segurança e mobilidade da pista ciclável da Av. Paulo VI, frisando que este é que é o trabalho do Executivo. Quanto à habitação, disse existir um debate ideológico muito sério: no dia que a CML disser a esta Junta de Freguesia que sabe que Marvila é a freguesia com mais habitação de propriedade camarária e social da cidade de Lisboa e faça um protocolo no valor de seis ou sete milhões para gerência desta Junta de Freguesia, afirmou que pedirá imediatamente ao Sr. Presidente da Assembleia para criar uma comissão de acompanhamento de obras na habitação, com a presença de todos os senhores membros da Assembleia de Freguesia e afirmou ainda que isso acontecesse a Junta de Freguesia geriria muito melhor o património da Gebalis. Afirmou que, sem esse dinheiro não pode dar essa resposta porque está a diminuir o princípio da igualdade, afirmando que a questão essencial é que a CML não dá dinheiro à Junta para a questão da habitação e que, por outro lado muito faz a Junta com inputs à aquisição de serviços que têm a ver com a oficina domiciliária e encontrar equipas para fazer esses trabalhos. Voltou a frisar que o orçamento apresentado é um orçamento verdadeiramente amigo da esquerda, mas que também é amigo da direita, pois sempre houve contas sãs, contas certas, questionando se não era isso que dizia o antigo Primeiro Ministro Passos Coelho. Frisou que, em Marvila não haverá uma intervenção externa pois felizmente o valor de mais de três milhões é sólido. Disse ainda que, ainda bem que alguém entendeu que algum do valor guardado é dinheiro enviado pela CML e irá ser gasto. Relativamente às questões do Sr. Luís Castro, disse que a Junta de Freguesia respondeu ao requerimento em questão enviado pela bancada do PSD, logo a seguir numa resposta dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia, no dia 28 de abril. Disse que, respondendo ao Sr. Pedro Monteiro é que o referido documento do auditor é o documento final. Relativamente à questão do Sr. António Alves sobre o que mudou em Marvila, respondeu que mudou tudo enumerando as várias mudanças, ilustrando-as para realçar o que mudou. Salientou que uma das mudanças foi uma melhor comunicação tanto com a Assembleia de Freguesia, os funcionários e os parceiros da freguesia de Marvila. Disse não estar para entrar em questões contabilísticas como o Sr. António Alves quer, mas sim para confiar no seu pessoal de contabilidade e jurídico que o que se apresenta ao plenário tem sustentabilidade, tanto jurídica como contabilística e isso é-lhe respondido que sim. Frisou concluindo que tudo mudou e para melhor.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, relativamente ao relatório da ROC, nele está espelhado pela mesma o grande investimento que é feito em termos de aluguer de autocarros sendo este uma diferença bastante elevada relativamente ao orçamentado. Disse que a mesma alerta também para o investimento no Espaço Público. Pediu também esclarecimento sobre a afirmação da ROC sobre mitigar conflitos de interesses sobre a contratação de novos funcionários. Pois também em questão o documento apresentado ser a sua versão final. Disse que algumas taxas de execução serem elevadas se deve também a alguns apoios dados a entidades da freguesia. -----

---A **Sr.ª Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, questionou sobre associações em Vila Real, em Proença a Velha e em Braga que receberam apoio, questionando se aí também há Marvilenses. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr. Pedro Monteiro (CSD-PP)** que, no uso da palavra, considerou que o ROC poderia ter sido mais cuidadoso na



preparação do seu relatório estranhando que houvesse entidades bancárias que não responderam à solicitação de uma declaração bancária. Disse que realmente houve pelouros com grande execução, entre eles a Cultura onde foram realizados eventos de grande monta enumerando alguns dos mesmos. Reconheceu tudo o que foi feito na freguesia ao nível do Desporto. Disse que, a nível do processamento de salários, mal seria se a execução não fosse elevada. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que é verdade e realmente não contou a história toda, dizendo que à sua bancada cabe evidenciar os aspetos menos bons e ao Executivo, os aspetos mais positivos da atividade apresentada. Esclarecendo esse ponto disse acreditar que o Sr. Presidente da Junta não irá dizer ao plenário que está satisfeíssimo com o grau de execução apresentado. Disse ainda que, se todos os pelouros fossem como os enumerados pelo Sr. Presidente da Junta todo o plenário ficaria pela certa mais do que satisfeito, mas assim não é. Afirmou que este é o pior grau de execução dos últimos três anos. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda Secretária** passou a palavra à **Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse que o grau de execução é baixo, fazendo algumas questões específicas, enumerando as mesmas e a que rubricas se destinam. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse que, relativamente ao pagamento do ROC e o facto de ser pago a peso de ouro, este Executivo diminuiu esse valor relativamente ao que este recebia anteriormente. Disse ainda estar muito satisfeito com o trabalho do ROC, considerando ser um revisor com muita qualidade que tem um trabalho muito bom e que deveria ser objeto de apreciação por outras autarquias. Disse não haver nenhuma divergência relativamente à questão do pessoal e sim em alguns casos sobre haver ou não consulta prévia a diferentes prestadores se a sua prestação fosse mais duradora questão que ficou sanada e realizada dentro das praticas legais para isso. Disse que não quer saber da vida de ninguém mas não esquece comunicados incendiarios que difamam o bom nome do Executivo, mas que tem a certeza que a visão da Junta de Freguesia é clara mente a melhor, enumerando várias instituições e vários apoios dados na freguesia em prol das instituições e da população da freguesia. Respondendo ao Sr. António Alves, disse que os referidos apoios foram para eventos realizados por instituições e fregueses de Marvila nos refridos locais explanando os eventos e como foram realizados. Respondendo à Sr.<sup>a</sup> Isabel Ventura, disse que daqui a um ano espera estar bem mais satisfeito do que agora. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** para defesa da honra que, no uso da palavra, disse que todos fazemos as coisas como queremos e entendemos, há várias formas de fazer política e cada um tem a sua e as pessoas decidem o que é melhor. Embora o tema não faça parte do ponto, pediu ao Sr. Presidente da Junta para explicar como é que os alunos que não são do agrupamento D. Dinis fazem para ter equipamento para os seus filhos, referindo-se ao apoio dado a uma instituição da freguesia que não abrange todas as escola, quando a Junta o poderia ter feito de forma mais abrangente. Disse já ter recebido o documento de resposta ao requerimento que antes tinha referido. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para, em defesa da honra, responder à intervenção anterior. O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, disse que, disse que há decisões politicas que competem ao poder central e outras ao poder local. Salientou que, se a Junta substituisse as responsabilidades do poder central



na matéria apresentada pelo eleito, entraria em falência e mesmo que tivesse o objetivo de lançar um grande plano digital junto da sua população, isso orçaria em cerca de meio milhão de euros e a resposta política que acabou por ser dada pelo governo do PS foi através de um plano digital para as crianças. Disse que o que cabia à Junta de Freguesia e foi feito era insistir junto dos agrupamentos escolares das escolas sediadas na freguesia, no sentido de nenhuma criança ficar de fora e atrasada relativamente ao seu percurso escolar e pedagógico, dizendo que essa foi a preocupação do Executivo. Salientou que isso só foi feito pelas relações de proximidade que têm com os referidos agrupamentos. Frisou que o Ministério da Educação, o Governo, o Estado Central efetivamente não estava preparado para esta situação. A Junta elucidou as pessoas para procurarem respostas junto dos agrupamentos para sabendo o seu escalão providenciarem o necessário. Disse que o Agrupamento da Verney respondeu que não estava interessado, assim como o Agrupamento dos Olivais. Disse que, enquanto Presidente da Junta defenderá os interesses dos Marvilenses e terá sempre como decisão aquilo que são os professores e a comunidade escolar, bem como da perceção do que é o conteúdo pedagógico. O caminho do Executivo é tentar forçar o Estado Central a ter um plano digital sério e compatível a todos e que não haja qualquer tipo de desigualdade entre os alunos. -----

---Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou à votação do **ponto 3** da Ordem de Trabalhos - **Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas (deliberação n.º 1634/2020 da Junta de Freguesia): Relatório de atividades; Relatório de gestão e Conta de gerência.** -----

---Passada a votação, foi o **Relatório de atividades aprovado por maioria com os votos a favor do PS e do CDS-PP e os votos contra do PCP, PSD, BE e PMMI.** -----

-Foi o **Relatório de gestão aprovado por maioria com os votos a favor do PS e do CDS-PP e os votos contra do PCP, PSD, BE e PMMI.** -----

---Foi a **Conta de gerência aprovada por maioria com os votos a favor do PS e do CDS-PP e os votos contra do PCP, PSD, BE e PMMI.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dispensando a leitura da **ata minuta** da presente reunião e dado o adiantado da hora, agradeceu a presença de todos.-----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **00h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária \_\_\_\_\_